

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
O ano de 2013 foi de grandes desafios para o Banco Semear. Em primeiro lugar, pelo fato da mudança de estratégia operacional que foi aprovada pelo conselho e implementada pela direção do banco. Esta estratégia consiste em uma redução no número de parceiros lojistas, focando naqueles com redes com maior quantidade de lojas, para os quais poderíamos dedicar mais atenção, melhor atendimento e controles mais eficazes. Em segundo lugar, pela forte redução nos custos operacionais e

comerciais daí advindo. Tal fato, proporcionou ao Banco Semear economias significativas de custos e uma redução bastante expressiva nos índices de inadimplência. Importante destacar que o resultado contábil, negativo em R\$ 5,6 milhões, apurado no ano findo em dezembro passado, não desmente absolutamente nada do que ora se relata. Com efeito, este resultado deve-se, exclusivamente, a movimento único e extraordinário, reflexo da adesão da instituição ao Programa da RFB ("Refis") e que importou numa despesa a esse título da ordem de R\$ 30,7 milhões, com um desembolso de caixa de R\$ 21,6 milhões.

Desta forma, o resultado que seria apurado sem os efeitos da decisão de adesão ao Refis, após os efeitos tributários, seria de R\$ 12,5 milhões positivo. Os controladores do Banco Semear resolveram por um ponto final nessa questão, tornando o Banco imune a qualquer tipo de efeito quando da manifestação definitiva do Supremo Tribunal Federal acerca da base de cálculo do PIS e da COFINS para o segmento das sociedades financeiras e de crédito. E, mesmo com os efeitos da adesão ao Refis refletidos nos números patrimoniais do Banco Semear, além dos resultados operacionais continuarem positivos também neste último semestre de 2013, o

Patrimônio de Referência Nível I encerrou-se com montante de 71,15 milhões, apontando um índice de Basileia de 20,83% contra 16,10% em dezembro de 2012. Reafirma-se, portanto, o acerto da estratégia de negócios implantada e do permanente e contínuo comprometimento dos acionistas da instituição com sua hígide, segurança e continuidade operacional. Reiteramos nossos agradecimentos aos acionistas pelo apoio sempre demonstrado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Ativo circulante	276.591	248.333	Passivo circulante	95.593	94.690
Disponibilidades (Nota 4)	319	456	Depósitos (Nota 12)	87.990	82.357
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	2.360	2.666	Depósitos à vista	14.217	3.448
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.360	2.666	Depósitos interfinanceiros	7.460	10.245
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	55.671	52.991	Depósitos a prazo	66.313	68.664
• Carteira própria	45.558	52.991	Relações interfinanceiras	-	2
• Vinculados ao Banco Central	10.113	-	Outras obrigações (Nota 13)	7.583	12.331
Relações interfinanceiras	97	801	Receitas antecipadas	20	-
Correspondentes	173	-	Não circulante	206.601	232.610
Operações de crédito (Nota 8)	199.703	169.323	Depósitos (Nota 12)	188.389	222.468
Setor privado	227.327	216.131	Depósitos a prazo	188.389	222.468
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.624)	(46.808)	Outras obrigações (Nota 13)	18.205	10.116
Outros créditos (Nota 10)	17.385	20.477	Receitas antecipadas	7	26
Outros valores e bens (Nota 11)	883	1.619	Patrimônio líquido	76.339	52.030
Não circulante	101.942	130.997	Capital social - De domiciliado no País (Nota 15)	109.896	79.896
Realizável a longo prazo	100.037	130.346	Prejuízos acumulados	(33.557)	(27.866)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	14.004	40.507			
• Aplicações no mercado aberto	14.004	40.507			
Operações de crédito (Nota 8)	15.015	26.788			
• Setor privado	18.489	28.502			
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.474)	(1.714)			
Outros créditos (Nota 10)	70.812	62.106			
Outros valores e bens (Nota 11)	206	945			
Permanente	1.905	651			
Imobilizado de uso	957	285			
Intangível	948	366			
Total do ativo	378.533	379.330	Total do passivo e do patrimônio líquido	378.533	379.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reservas de lucro			
	Capital realizado	Reserva legal	Reservas de retenção de lucro	Lucros/prejuízos acumulados
Saldos em 31/12/2011	51.596	-	-	(4.814)
Aumento de capital	28.300	-	-	28.300
Outros eventos:	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	(23.052)
Saldos em 31/12/2012	79.896	-	-	(27.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	79.896	-	-	(27.866)
Aumento de capital	30.000	-	-	30.000
Outros eventos:	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	(5.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	109.896	-	-	(33.557)
Saldos em 30 de junho de 2013	99.896	-	-	(24.612)
Aumento de capital	10.000	-	-	10.000
Outros eventos:	-	-	-	-
Prejuízo do semestre	-	-	-	(8.945)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	109.896	-	-	(33.557)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco iniciou suas atividades em 2 de outubro de 1995, sendo posteriormente adquirido pelos acionistas do Grupo Seculus, cuja homologação da transferência do controle societário ocorreu em 1º de fevereiro de 2006.

Está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Atua focado em produtos de crédito ofertando para pessoas físicas, notadamente, Crédito Direto ao Consumidor (CDC). Atua também no crédito consignado em folha de pagamento de entidades públicas e privado, crédito pessoal e mantém uma carteira de middle market para pessoas jurídicas, concentrada nos segmentos de pequenas e médias empresas, operando nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e fiança bancária. Capta recursos através de títulos de renda fixa, notadamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos com Garantia Especial - FGC (DPGE), garantindo rentabilidade, segurança e liquidez, bem como através de operações estruturadas com instituições financeiras, mediante cessões de créditos financeiros.

A Diretoria Executiva do Banco Semear, em conjunto com o Conselho de Administração, começou a implantar em janeiro de 2013, novo planejamento estratégico neste ano, com foco em atuação no segmento de pessoas físicas, visando à captura de clientes através de acordo operacional com redes de varejo de pequeno e médio portes. O objetivo é aproveitar o potencial de venda ofertado por esses pontos comerciais com a disponibilização de produtos financeiros, explorando todo o "balcão" comercial do parceiro, especialmente no financiamento dos clientes através do Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e na disponibilização de serviços financeiros.

Cabe ressaltar que o resultado deste período foi consideravelmente afetado pela decisão dos Administradores de liquidar eventuais riscos de desembolsos futuros de PIS e COFINS, decorrentes da medida judicial na qual se discutia o alargamento da base de cálculo destas contribuições através da Lei n. 9.718/98. Esta medida - que busca manter a solidez do patrimônio da Instituição nos períodos futuros e reforça o compromisso da Administração de sanear o banco - gerou o reconhecimento de despesa extraordinária de R\$ 30.637 no encerramento deste período. Este assunto está melhor detalhado na Nota Explicativa 14.a.

Nesse contexto, o Banco encerrou o exercício com um resultado da intermediação financeira de R\$ 55,3 milhões que comparado com o ano de 2012 que foi de R\$ 8,2 em grande parte impactada pela melhora na carteira de crédito a qual se requereu um menor nível de provisionamento e na redução do custo de captação. O resultado que seria apurado sem os efeitos da decisão de adesão ao Refis, após os efeitos tributários, seria de R\$ 12,5 milhões de lucro, contra um prejuízo de R\$23,0 em 31 de dezembro de 2012.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil, contidas no Plano Contábil

das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável. Para fins de concentrar no fluxo operacional toda a atividade de intermediação financeira, as variações quanto às captações de recursos em depósitos foram transferidas da atividade de financiamento para a atividade operacional, na demonstração dos fluxos de caixa do período.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Neste sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações.
- Resolução nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012).
- Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico (R1).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2014.

3 Principais critérios contábeis adotados

(a) **Auração de resultados**
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis.

(b) **Caixa e equivalentes de caixa**
Conforme Resolução nº 3.604/2008, do Conselho Monetário Nacional, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

(c) **Aplicações interfinanceiras**
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) **Títulos e valores mobiliários**
A Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados

Demonstrações de resultados Semestre findo em 31 de dezembro de 2013 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - (Em milhares de Reais)

	Semestre findo em		
	2013	2013	2012
Receitas de intermediação financeira	63.904	116.153	115.481
Operações de crédito (Nota 16)	60.993	112.543	104.847
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 16)	2.901	3.600	11.109
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Notas 7 e 16)	-	-	(475)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	10	10	-
Despesas de intermediação financeira	(24.544)	(60.767)	(107.225)
Operações de captação no mercado (Nota 16)	(13.848)	(27.530)	(35.528)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 16)	(10.696)	(33.237)	(71.697)
Resultado bruto da intermediação financeira operacional	39.360	55.386	8.256
Outras receitas (despesas) operacionais	(60.554)	(71.922)	(47.468)
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	81	338	1.817
Rendas de tarifas bancárias (Nota 17)	2.551	3.838	8.917
Despesas de pessoal (Nota 17)	(3.119)	(4.540)	(5.128)
Outras despesas administrativas	(20.935)	(37.171)	(52.719)
Despesas tributárias (Nota 17)	(4.261)	(4.695)	(1.690)
Outras receitas operacionais (Nota 17)	10.459	19.100	27.112
Outras despesas operacionais	(45.330)	(48.792)	(25.777)
Resultado operacional	(21.194)	(16.536)	(39.212)
Resultado não operacional	460	1.174	373
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações	(20.734)	(15.362)	(38.839)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Nota 18)	306	-	(507)
Passivo fiscal diferido (Nota 18)	972	937	(436)
Ativo fiscal diferido (Notas 9 e 18)	10.511	8.734	16.730
	11.789	9.671	15.787
	(8.945)	(5.691)	(23.052)
Resultado do semestre/exercícios mil ações - R\$	(0,09)	(0,06)	(0,33)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

- (ii) **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos e os valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido "Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda" até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Os títulos e os valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, a composição e a segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge), conforme determina Circular nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, emitidas pelo Banco Central do Brasil.

Quando existentes, as operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular nº 3.082/02, emitida pelo Banco Central do Brasil. Nesses casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge): (i) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, no caso de "hedge" de risco de mercado e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do "hedge" de fluxo de caixa, deduzida dos efeitos tributários.

Os valores e transações existentes no período estão melhor detalhadas e apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

(f) **Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

(g) **Outros valores e bens - Despesas antecipadas**
São representados pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Semestre findo em 31 de dezembro de 2013 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - (Em milhares de Reais)

	Semestre findo em		
	2013	2013	2012
Fluxo de caixa proveniente das operações	(8.945)	(5.691)	(23.052)
Ajustes do resultado dos semestres com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	235	386	699
Provisão para devedores duvidosos	10.696	33.237	71.698
Provisão p/perdas de outras operações	(669)	(669)	-
Provisão para créditos cedidos com coobrigações	(1.312)	(2.851)	(7.188)
Resultados com instrumentos derivativos (swap)	-	-	(2)
Provisão para perda na baixa de operações de crédito consignado - Convênio	-	13	238
Provisão para impostos e contribuições diferidos	(972)	(937)	436
Provisão para passivos contingentes	1.805	2.089	1.675
Provisão para perdas em outros valores e bens	(55)	8	(1.033)
Provisão para créditos tributários	(10.511)	(8.734)	(16.730)
	(9.728)	16.851	26.741
Redução (aumento) nos ativos:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.041)	26.809	(40.598)
Títulos e valores mobiliários	(3.375)	(2.680)	(3.478)
Operações de crédito	(25.332)	(51.844)	15.381
Outros créditos	4.518	3.776	8.389
Outros valores e bens	412	1.467	18.990
Relações interfinanceiras e interdependência	296	531	377
	(24.522)	(21.941)	(939)
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos	18.833	(28.446)	(89.955)
Relações interfinanceiras	(7)	(2)	1
Outras obrigações	4.293	5.040	(11.064)
Variações nas receitas antecipadas	5	1	(217)
	23.124	(23.407)	(101.235)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(11.126)	(28.497)	(75.433)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Aquisição no imobilizado de uso	(789)	(808)	195
Aquisição no intangível	(827)	(832)	5
	(1.616)	(1.640)	200
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	10.000	30.000	28.300
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	10.000	30.000	28.300
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(2.742)	(137)	(46.933)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	3.061	456	47.389
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	319	319	456
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(2.742)	(137)	(46.933)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados. A composição das despesas antecipadas está apresentada na Nota Explicativa nº 11.

(h) Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%, e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

adotadas, são avaliadas por assessores legais e consideram a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação (vide Nota Explicativa nº 14).

Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (vide Nota Explicativa nº 14).

(l) Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Também foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado, à alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, também foram registrados com base nas respectivas alíquotas.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas eventualmente computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, não geram efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL por força do Regime Tributário de Transição (RTT).

(m) Provisões de férias e décimo terceiro salário
As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

(n) Outros passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(o) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

4 Caixa e equivalentes de caixa (Disponibilidades)
Sua composição pode ser assim sintetizada:

Classificação por tipo de papel e vencimentos:	Até 3 meses			De 3 a 12 meses			De 1 a 3 anos		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
Papel	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	9.433	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	22.171	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	2.017	-	-	-	-	-	-
Total em 31.12.2013	-	9.433	24.188	-	-	-	-	-	-
Total em 31.12.2012	-	-	31.092	-	-	-	-	-	-

Os títulos que totalizam R\$ 45.558, com vencimentos entre 1 e 3 anos e 3 e 5, foram integralmente considerados no Circulante por serem títulos mantidos na categoria de negociação.

7 Instrumentos financeiros e derivativos

As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram a divulgação em nota explicativa às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações. As operações foram integralmente liquidadas durante o primeiro semestre de 2012, e produzindo uma despesa de R\$ 475 naquela data, assim não há saldos e não ocorreram transações no exercício de 2013.

Quando realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, os registros são realizados em contas patrimoniais ou de compensação por valores, compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas, a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e na captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.

Quando adquiridos, as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swaps e contratos de futuro) se destinam à proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e das condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas de análise de sensibilidade a cenários de "stress".

Quando realizadas as operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&FBovespa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não haviam operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários eram mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão representados por títulos públicos federais (96,72%) e por Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) (3,28%).

8 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

(a) Classificação por risco de crédito

Níveis de Risco	31.12.2013			31.12.2012		
	% do Risco	Car- teira	Pro- visão	% do Risco	Car- teira	Pro- visão
AA	-	-	-	-	-	-
A	0,5%	163.137	(816)	1,1%	146.242	(731)
B	1%	23.718	(237)	1,7%	16.712	(167)
C	3%	13.961	(418)	18,1%	18.116	(543)
D	10%	7.254	(725)	9,9%	9.961	(996)
E	4,38%	(1.316)	4.716	1,4%	(1.415)	5.288
F	50%	6.740	(3.370)	3,9%	1.951	(1.951)
G	70%	8.014	(5.610)	7,5%	5.288	(5.288)
H	100%	18.606	(18.606)	37,4%	37.431	(37.431)
Totais		245.816	(31.098)		244.633	(48.522)
Circulante		227.327	(27.624)		216.131	(46.808)
Não Circulante		18.489	(3.474)		28.502	(1.714)

	31.12.2013	31.12.2012
Reservas livres	319	456
Disponibilidades	319	456
Total de caixa - Equivalentes de caixa - (Disponibilidade)	319	456

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a instituição não possui outros investimentos de curto prazo e alta liquidez cujo vencimento seja em período igual ou inferior a 90 dias.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.12.2013	31.12.2012
Aplicações no Mercado Aberto	14.004	40.507
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.501	40.507
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	9.503	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	31.12.2013	31.12.2012
Certificados de Depósitos Interfinanceiros* (CDI)	2.360	2.666
Total	16.364	43.173

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumarizadas:

	31.12.2013	31.12.2012
Posição ativa:	2.360	2.666
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.360	2.666
Posição passiva:	2.408	2.697
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) - (Nota 12)	2.408	2.697

6 Títulos e valores mobiliários

São representados, essencialmente, por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Em função do enquadramento do Banco à Circular nº 3.068/2001, as LFTs, as LTNs e as NTNs são classificadas como "Títulos disponíveis para negociação", sendo o ajuste a valor de mercado reconhecido na demonstração do resultado.

	31.12.2013	31.12.2012
Carteira própria - Livres:	45.558	52.991
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	9.433	8.717
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	22.171	31.044
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	13.954	13.230
Vinculados à Prestação de Garantias:	10.113	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10.113	-
Total	55.671	52.991
Circulante	55.671	52.991

	31.12.2013	31.12.2012
Valor de mercado/contábil	9.433	9.433
Custo aquisição atualizada	22.171	22.171
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	13.954	13.230
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	10.113	-
Vinculados à Prestação de Garantias:	10.113	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	55.671	52.991
Total	55.671	52.991

* A partir do exercício de 2012, a Administração do Banco adotou novas políticas de renegociação das operações em atraso e em prejuízo, com foco nas repactuações e renegociações com descontos para liquidação. Conseqüentemente, o sucesso das ações de cobrança e renegociações resultaram em reversões de provisões, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. O Banco utiliza-se da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito, com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do art. 1º, retroconhecendo, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco. O montante total das operações que utilizaram a contagem em dobro montou em R\$ 5.075, com provisão de R\$ 91, em 31 de dezembro de 2013.

Saldo no início do período

	31.12.2013	31.12.2012
Saldo no início do período	41.329	88.209
Efeito no resultado	-	-
- Constituição/reversão de provisão	10.696	33.237
- Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão	(20.927)	(50.661)
Saldo no fim do período	31.098	48.522
Créditos recuperados	10.064	11.509
Total do efeito no resultado	20.760	44.746

(b) Classificação por atividade econômica

	31.12.2013		31.12.2012	
Atividade econômica	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Intermediários financeiros	86	1%	693	1%
Indústria	8.908	2%	5.972	1%
Comércio	35.960	13%	29.038	18%
Serviços	200.862	84%	208.930	80%
Pessoa física	245.816	100%	244.633	100%

(c) Classificação por produto

	31.12.2013		31.12.2012	
Produtos	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Capital de giro	42.228	17%	32.636	13%
Conta garantida	598	0%	-	-
Crédito pessoal	30.786	13%	52.709	22%
Crédito Direto ao Consumidor	172.204	70%	159.288	65%
Totais	245.816	100%	244.633	100%

(d) Classificação por prazo

	31.12.2013		31.12.2012	
Prazos de vencimento	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	28.198	11%	41.625	17%
A vencer até 30 dias	19.984	8%	29.984	12%
A vencer de 31 a 60 dias	40.556	17%	27.337	11%
A vencer de 61 a 90 dias	24.915	10%	19.196	8%
A vencer de 91 a 180 dias	53.482	22%	47.763	19%
A vencer de 181 a 360 dias	40.192	16%	50.225	21%
A vencer após 360 dias	18.489	8%	28.503	12%
Totais	245.816	100%	244.633	100%

O Banco mantém estoque de provisão para perdas em operações de crédito no montante de R\$ 31.098 (R\$ 48.522 em 2012). As operações que se encontram vencidas montam em R\$ 28.198 (41.625 em 2012) e a provisão constituída é superior a este montante por representar contratos vencidos de clientes com mais de uma operação, os quais tiveram sua classificação de risco arrastada para aquela que apresentava maior risco, conforme determina art. 3º da Resolução nº 2.682/1999.

(e) Cessões de crédito
O Banco, de acordo com a Resolução nº 3.895/2010, do Conselho

Monetário Nacional, que tornou facultativa e adiou o prazo para a adoção pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil a partir de 1º de janeiro de 2012 - quando a adoção dos procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533/2008, do Conselho Monetário Nacional, tornou-se obrigatória, optou por manter, para fins de comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições financeiras de acordo com a Circular nº 3.213/2003 do Banco Central do Brasil, adotadas uniformemente até 31 de dezembro de 2012.

e.1 Com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos contratos cedidos com coobrigação apresenta o montante de R\$ 9.250 mil (R\$ 23.404 mil em 31 de dezembro de 2012), e encontra-se constituído o saldo de R\$ 2.104 mil (R\$ 4.955 mil em 31 de dezembro de 2012) destinado ao provisionamento complementar para riscos de perda nas operações de crédito cedidas com coobrigação, em conformidade com os critérios internos e as definições da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 ("Outras obrigações") sob a rubrica "Provisão para passivos contingentes".

e.2 Com instituições não financeiras

Neste exercício, também foram realizadas cessões de créditos, sem coobrigação, com empresa não ligada e não integrante do SFN (PCG Brasil), de acordo com os seus respectivos registros contábeis no montante de R\$ 4.508 mil (R\$ 1.318 mil em 2012), sendo apurado um prejuízo na operação de R\$ 7.161 mil (R\$ 16.804 mil em 2012), o qual é parte integrante do Resultado de Operações de Crédito. Os contratos objeto da cessão de crédito realizada referem-se a créditos diretos ao consumidor (CDC), substancialmente classificados nos níveis de risco "HH e H". A composição das mencionadas cessões de créditos pode ser assim sumarizada:

	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
FIDC Não Integrante do SFN - Não ligado:	-	-	-
Sem coobrigação - Crédito Direto ao Consumidor	442	11.669	(11.227)
Sem coobrigação - CDC/EP	-	-	-
Risco HH	4.066	-	4.066
Total em 31/12/2013	4.508	11.669	(7.161)
Total em 31/12/2012	1.318	18.122	(16.804)

O resultado esta demonstrado nas Notas 16 e 17 na rubricas:

	Saldo do 2º sem/2013	Valor cessão
Receita de Intermediação Financeira	-	-
Operações de créditos:	-	-
Renda de financiamentos	41.426	1.666
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	10.069	4.050
Recuperação de créditos	51.495	5.716

Recitas e despesas operacionais

Outras despesas operacionais	-	-
Descontos concedidos no recebimento de créditos	(14.344)	(12.877)
Resultado da cessão	(14.344)	(12.877)
Aquisições de Crédito	-	(7.161)

e.3 Com Instituições financeiras:

Neste exercício, foi realizada aquisição de créditos, sem coobrigação, com pessoas jurídicas não integrantes do SFN e não ligadas, no montante de R\$602 mil. Os contratos objeto das aquisições realizadas referem-se a operações de recebíveis de cartões de crédito e encontra-se registrado na rubrica de Títulos e créditos a receber. Nota explicativa 10 e pode ser sumarizada da forma seguinte:

	Valor da cessão	Valor futuro	Propor a Aprender
AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS: INSTIT. FINANC. INTEGRANTES DO SFN - NÃO LIGADAS	-	-	-
Sem Coobrigação - recebíveis de Cartão de crédito	602	632	30
Total em 31 de dezembro 2013	602	632	30

(f) Outras informações de operações de crédito

No curso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi baixado para prejuízo o valor de R\$ 59.661 mil (R\$ 111.384 mil em 31 de dezembro de 2012) e recuperados R\$ 11.509 mil (R\$10.486 mil em 31 de dezembro de 2012).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCB), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas restringem-se, basicamente, a garantias fiduciárias.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 (Depósitos), parte da carteira de operações de crédito consignado, no montante de R\$ 14.010 mil (valor presente R\$ 9.935 mil), está garantido, mediante Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, captação de recursos na modalidade de Depósitos a Prazo.

9 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Mencionados créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 3.355, de 31 de setembro de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, e encontram-se registrados na rubrica "Outros créditos", conforme Nota Explicativa nº 10 ("Outros créditos"), podendo ser demonstrados sinteticamente na forma seguinte:

	31.12.2013		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	32.073	32.822	-
Alíquota	25%	15%	-
Crédito tributário diferido atual (c)	8.018	4.923	12.942
Constituído	8.625	5.286	13.911

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

(b) Até o encerramento do ano-calendário de 2012, o saldo desta conta era constituído, basicamente, por: (i) saldos de IRPJ e CSLL de períodos anteriores (RS 1.485 e RS 931, respectivamente); e (ii) créditos de PIS e COFINS a recuperar, oriundos da Seculus Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (antecessora do Banco), decorrentes de medida judicial transitada em julgado, nos montantes de, respectivamente, RS 433 e RS 2.536. Para o ano-calendário de 2013, o saldo desta conta passou a ser constituído por (i) saldos de IRPJ e CSLL de períodos anteriores, nos valores respectivos de RS 344 e RS 383; além de (ii) antecipações de IRPJ e CSLL do período, nos montantes de RS 1.235 e RS 576. Neste ano-calendário de 2013, os créditos de PIS e COFINS oriundos da Seculus Crédito, Financiamento e Investimento S.A foram compensados integralmente.

(c) Em 9 de outubro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.865 permitiu a reabertura dos prazos de adesão ao intitulado Refis da Crise, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A Administração optou pela adesão a esse programa e liquidou, à vista, as obrigações relativas ao COFINS (alargamento da base de cálculo pela Lei n. 9.718/98). Vide Nota Explicativa 14.a – Provisões para riscos fiscais - REFIS IV – Reabertura de parcelamento pela Lei n. 12.865/13.

(d) A composição da rubrica "Devedores diversos - País" pode ser sumariada da seguinte forma:

	31.12.2013	31.12.2012
Devedores diversos - País		
Baixas em operações de crédito a processar	2.358	1.069
Baixas em operações de crédito - C/C Convênios	18	-
Contingências Jurídicas Reembolsáveis	98	-
Conta Gráfica - Alienação Participação	-	-
RS CFI	54	85
Outros devedores diversos	34	992
Total	2.562	2.146

Ativo realizável a longo prazo

	31.12.2013	31.12.2012
Devedores diversos - País		
Baixas em operações de crédito a processar	1800	-
Baixas em operações de crédito - Confissão de Dívida	967	-

11 Outros valores e bens

O saldo do grupamento "Outros valores e bens", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

	31.12.2013	31.12.2012
Ativo circulante		
Bens não de uso próprio	150	-
Material em estoque	6	11
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(150)	-
Despesas antecipadas	877	1.608
Comissões sobre operações de crédito	781	1.574
Outras despesas antecipadas	96	34
Total	883	1.619

Ativo realizável a longo prazo

	31.12.2013	31.12.2012
Bens não de uso próprio	835	969
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(835)	(969)
Despesas antecipadas	206	945
Comissões sobre operações de crédito	206	945

12 Depósitos

O saldo da conta "Depósitos", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos à vista		
De pessoas ligadas (Nota 19)	3.043	1.788
De pessoas físicas	51	53
De pessoas jurídicas	11.044	1.163
Depósitos vinculados	79	444
Total - Circulante	14.217	3.448

Depósitos interfinanceiros

	31.12.2013	31.12.2012
De instituições financeiras - Não ligadas	7.460	10.245
De instituições financeiras - Não ligadas - compensação, sem acordo de compensação	5.052	7.548
De instituições financeiras - Não ligadas - compensação (Nota 5)	2.408	2.697
Total - Circulante	7.460	10.245

Depósitos a prazo

	31.12.2013	31.12.2012
Com certificado		
De pessoas ligadas (Nota 19)	133.247	153.072
De pessoas físicas	26.803	18.091
De pessoas jurídicas	72.111	73.958
De instituições financeiras	30.889	53.261
De institucionais	3.444	7.762
Sem garantia	3.444	1.360
Com garantia de operações de crédito consignado (i)	-	6.402

Sem certificado - Com garantia especial FGC

	31.12.2013	31.12.2012
De pessoas físicas	91.455	138.060
De pessoas jurídicas	2.801	2.568
De instituições financeiras	77.723	85.114
De institucionais	10.931	50.378
Total	224.702	291.132

Circulante

	31.12.2013	31.12.2012
Circulante	66.313	66.664
Não circulante	188.389	222.468

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 84% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (74% em 31 de dezembro de 2012), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas.

(i) O Banco possui captação de recursos estruturada com garantia de operações próprias de crédito consignado em folha de pagamento formalizada através de Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, no seguinte modelo:
Mediante emissão de Depósitos a Prazo, na modalidade de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), decorrentes da habilitação do Banco ao Programa para Aplicação de Recursos do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), com limite aprovado de R\$ 37.893 mil, sendo utilizado o montante de R\$ 1.460 mil (R\$6.402 mil em 31 de dezembro de 2012), com fluxo de realização vencendo em 18 (dezoito) meses, com exigência de garantia mínima de 120%, conforme garantias mencionadas na Nota Explicativa nº 8 "F" (Outras informações de operações de crédito).

13 Outras obrigações

O saldo do grupamento "Outras obrigações", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

	31.12.2013	31.12.2012
Passivo circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos	186	137
Fiscais e previdenciárias (i)	877	442
Diversos	6.520	11.752
Cheque administrativo	1.023	17
Provisão para pagamentos a efetuar	368	202
Provisão para passivos contingentes (ii) - Vide nota 14b	1.824	3.549
Credores diversos - País	3.305	7.984
Total	7.583	12.331

Passivo não circulante (exigível a longo prazo)

	31.12.2013	31.12.2012
Fiscais e previdenciárias (i)	9.782	5.249
Diversos	8.423	4.867
Provisão para passivos contingentes (ii) - Vide nota 14b	5.907	4.846
Credores diversos - País	2.516	21
Total	18.205	10.116

(i) A rubrica "Fiscais e previdenciárias" pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	31.12.2013	31.12.2012
Fiscais e previdenciárias - Passivo circulante		
Impostos e contribuições a recolher	877	442
Total	877	442

	31.12.2013	31.12.2012
Fiscais e previdenciárias - Passivo não circulante (exigível a longo prazo)		
Provisão para impostos e contribuições diferidos	7	945
Provisão para riscos fiscais (ii) - Vide nota 14a	9.775	4.304
Total	10.659	5.691

(ii) Vide Nota Explicativa nº 14 para detalhes adicionais sobre ativos e passivos contingentes e Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias. A composição da rubrica "Credores diversos - País" pode ser sumariada na forma seguinte:

	31.12.2013	31.12.2012
Credores diversos País - Passivo circulante		
Cobrança a liquidar	82	-
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	1.212	3.432
Contribuições para o FGC	234	272
Contratos de operações de crédito a liberar	9	1.625
Créditos a baixar de operações de crédito	1.178	2.192
Fornecedores diversos	296	242
Conta gráfica - Alienação - Ações	-	-
Emblema	10	-
Créditos a devolver de descontos consignados	259	216
Outros credores diversos	25	5
Total	3.305	7.984

Credores diversos País - Passivo não circulante

	31.12.2013	31.12.2012
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	2.516	21
Total	2.516	21

14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

(a) **Provisões para riscos fiscais - REFIS IV - Reabertura de parcelamento pela Lei n. 12.865/13**

Com a edição da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, foi instituído o programa de parcelamento de débitos de tributos federais com condições especiais para pagamento dos débitos enquadrados nas hipóteses previstas por aquela norma.

Com a edição da Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, foi permitida a reabertura do parcelamento concedido originalmente através da Lei nº 11.941/09. Embora fossem prováveis as chances de êxito da medida judicial que discutia o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS pela Lei n. 9.718/98, a Administração optou por liquidar integralmente os efeitos decorrentes daquela demanda. Diante das expectativas de êxito firmadas até aqui, não havia provisão contábil constituída para a COFINS, motivo pelo qual, a adoção deste procedimento gerou uma despesa no resultado do período no montante de R\$ 30.637, conforme detalhado na Nota Explicativa 17, em "Outras despesas operacionais". No que diz respeito ao PIS, o saldo das obrigações estavam provisionadas e integralmente depositadas judicialmente, não gerando quaisquer efeitos contábeis pela adesão ao mencionado parcelamento.

(b) **Provisões e contingências**

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas e provisões para operações de crédito com coobrigação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2013	31.12.2012
Provisão para operações de crédito com coobrigação (i)	2.104	4.955
Provisão para riscos trabalhistas (ii)	2.318	659
Provisão para riscos cíveis (ii)	3.309	2.781
Total	7.731	8.395
Total circulante	1.824	3.549
Total não circulante	5.907	3.440
Total	7.731	6.989

(i) **Provisão para operações de crédito com coobrigação**

Na composição da rubrica "Provisão para passivos contingentes" está contido o provisionamento complementar de operações de crédito cedidas com coobrigação, cuja constituição está de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/1999, em que a classificação de risco de crédito considera a operação de crédito independentemente de sua situação, qual seja, carteira ativa e/ou carteira cedida. No exercício, encontra-se registrada com parte integrante de "Outras receitas (despesas) operacionais" uma reversão líquida da mencionada provisão no montante de R\$ 2.852 mil (R\$ 7.188 mil em 31 de dezembro de 2012).

Níveis de Risco	% do	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
A	0,5%	6.866	(34)	17.823	(89)
B	1%	12	(1)	130	(1)
C	3%	90	(3)	296	(9)
D	10%	74	(7)	185	(19)
E	30%	48	(14)	88	(26)
F	50%	29	(15)	98	(49)
G	70%	29	(20)	74	(52)
H	100%	2.010	(2.010)	4.710	(4.710)
Totais (a)		9.158	(2.104)	23.404	(4.955)
Circulante		-	(1.824)	-	(3.549)
Não circulante		-	(280)	-	(1.406)

(ii) **Provisão para riscos cíveis e trabalhistas**

Adicionalmente, também compõe a rubrica "Provisão para passivos contingentes" o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, cuja composição pode ser sumariada na forma seguinte:

	31.12.2013	31.12.2012
Contingências judiciais		
Depósitos judiciais	618	139
Provisões p/ contingências	-	98
Total	618	237
Contingências trabalhistas		
Depósitos judiciais	139	659
Provisões p/ contingências	-	-
Total	139	659
Contingências cíveis		
Depósitos judiciais	443	2.781
Provisões p/ contingências	-	-
Total	443	2.781
Totais - Não circulante		
Depósitos judiciais	1.291	582
Provisões p/ contingências	5.626	3.440
Total	6.917	3.922

Em 31 de dezembro de 2013, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizavam R\$ 5.187 mil (R\$ 6.543 mil em 31 de dezembro de 2012). A movimentação da provisão para contingências está assim demonstrada:

	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos Judiciais Trabalhistas		
Adições	139	443
Baixas	479	230
Saldo em 31/12/2013	618	673

	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos Judiciais Cíveis		
Adições	294	553
Baixas	324	120
Saldo em 31/12/2013	618	673

	31.12.2012	31.12.2012
Depósitos Judiciais Trabalhistas		
Adições	24	0
Baixas	115	442
Saldo em 31/12/2012	139	442

	31.12.2012	31.12.2012
Depósitos Judiciais Cíveis		
Adições	3774	0
Baixas	0	442
Saldo em 31/12/2012	(3.635)	442

15 Patrimônio líquido

(a) **Capital social**
O capital social é de R\$ 109.896 mil (R\$79.896 mil em 2012), representado por 75.896 mil ações ordinárias nominativas e 37.948 mil ações preferenciais nominativas (75.896 mil ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2012), sem valor nominal.

Em 27 de dezembro de 2013, através de deliberação de Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovado um aumento do capital social de R\$20.000 mil, representado por 37.948 mil ações preferenciais nominativas e sem valor nominal do capital social cujo processo de homologação foi protocolado no Banco Central do Brasil do em 10 de janeiro de 2014. Em 27/12/2013 foram integralizados R\$10.000 mil.

(b) **Reservas**

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, bem como pela reserva de retenção de lucros.

(c) **Dividendos e juros sobre capital próprio**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

(d) **Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 3.490/07 (Novo Acordo de Capital - Basileia II)**

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O Banco Semear S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 01 de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

1 - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar; II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 1º de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

17 Receitas e despesas operacionais
A composição das receitas e despesas operacionais no semestre/exercícios podem ser demonstradas na seguinte forma:

Receitas (despesas) operacionais	Sem/2013	31.12.2013	31.12.2012
Receitas de prestação de serviços:	81	338	1.817
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	37	265	1.339
Rendas de garantias prestadas	-	-	474
Outras rendas de serviços prestados	44	73	4
Rendas de tarifas bancárias:	2.551	3.838	8.917
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	2.464	3.713	8.748
Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF	4	6	3
Receitas de confecção de cadastro - PJ	72	104	139
Receitas de transferência de recursos - PJ	11	15	16
Receitas de transferência de recursos - PF	-	-	6
Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ	-	-	5
Despesas de pessoal:	(3.119)	(4.540)	(5.128)
Benefícios	(522)	(952)	(490)
Encargos sociais	(583)	(877)	(553)
Proventos	(1.974)	(2.648)	(4.033)
Despesas de honorários de Diretoria	(40)	(63)	(52)
Outras despesas administrativas:	(20.935)	(37.171)	(52.719)
Comissões sobre operações de crédito	(10.031)	(16.752)	(30.343)
Despesas de indenizações judiciais	(2.120)	(3.074)	-
Despesas de marketing e publicações	(154)	(341)	(137)
Despesas de processamento de dados	(1.162)	(2.204)	(2.076)
Despesas de seguros	(1)	(1)	(92)
Despesas de serviços do SFN	(844)	(2.217)	(3.780)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.845)	(3.185)	(2.417)
Despesas de outros serviços de terceiros	(2.862)	(5.767)	(7.706)
Demais despesas administrativas	(1.916)	(3.630)	(6.168)
Total	(21.422)	(37.535)	(47.113)
Despesas tributárias:	(4.261)	(4.695)	(1.690)
Tributos federais	(4.125)	(4.477)	(1.148)
PIS	(337)	(625)	(748)
COFINS (a)	(3.784)	(3.845)	(391)
IOF bancado	(4)	(7)	(9)
Tributos estaduais	(1)	(2)	(13)
Tributos municipais	(135)	(216)	(529)
ISS	(133)	(211)	(517)
Outros tributos municipais	(2)	(5)	(12)
Outras receitas operacionais:	10.459	19.100	27.112
Recuperação de encargos e despesas	206	318	118
Reversão de provisões operacionais	1.505	3.782	8.508
Prov. para oper. de cred. cedidos c/coobrigação	1.313	2.852	7.189
Prov. para desvalorização de outros valores e bens	55	55	1.041
Provisões para passivos contingentes	137	875	278
Outras rendas operacionais	8.748	15.000	18.486
Comissão de permanência no recebimento de créditos	3.715	6.826	12.556
Multas no recebimento de créditos em atraso	1.392	2.309	1.959
Receita de repasse	9	12	213
Variações monetárias ativas	576	2.473	1.903
Rendas de acordos operacionais	3.055	3.366	1.485
Outras rendas operacionais	1	14	370
Outras despesas operacionais:	(45.330)	(48.792)	(25.777)
Descontos concedidos no recebimento de créditos	(14.344)	(15.206)	(9.810)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(1.238)	(1.238)	(1.362)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(704)	(1.726)	(314)
Prejuízo na renegociação de operações de crédito	-	-	(1.471)
Provisão para perdas oper. Banco Rural	(669)	(669)	-
Prov. para baixa oper. de créditos - C/C convênios	-	(14)	(238)
Prov. para baixa oper. de créditos - Confissão de Dívida	-	-	(956)
Provisão para contingenciamento - Multa rescisória - Seguradora	-	-	(7.989)
Perdas na formalização de seguros	-	(5)	(2)
Perdas na formalização de compra de dívidas - Cred. Consignado	-	-	(1.678)
Perdas com fraudes - CDC/Cred. Consignado	(1)	(11)	(1.469)
Despesa REFIS - COFINS (a)	(26.792)	(26.792)	-
Variação monetária passiva	(827)	(2.242)	-
Outras despesas operacionais	(755)	(889)	(488)
Total	(60.554)	(71.922)	(47.468)

a) Depesa Programa de Recuperação Fiscal - REFIS
Diante da adesão ao programa de parcelamento especial, reaberto pela Lei n. 12.865/13, a Administração optou encerrar as demandas relativas ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS por força da Lei n. 9.718/98. Vide Nota Explicativa 14.a - Provisões para Riscos Fiscais - REFIS IV - Reabertura de parcelamento pela Lei n. 12.865/13.
Os efeitos decorrentes desta medida foram integralmente reconhecidos neste período e podem ser demonstrados como segue:

Descrição	31.12.2013
Recolhimentos a vista de diferenças COFINS - mar/2007 a dez/2012	21.660
Depósitos judiciais COFINS fev/1999 a fev/2007	5.132
	<u>26.792</u>

18 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
A conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado do semestre/exercícios pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

Discriminação	2º Semestre/2013		31.12.2013		31.12.2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	(20.734)	(20.734)	(15.362)	(15.362)	(38.838)	(38.838)
Adições (exclusões) permanentes	(9.041)	(9.041)	(9.086)	(9.086)	(431)	(431)
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	(5.185)	(4.897)	(9.192)	(9.192)	38.684	37.935
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	2.467	2.467	2.379	2.379	(226)	(226)
Resultado líquido ajustado	(32.493)	(32.205)	(31.261)	(31.261)	(811)	(1.560)
Base de cálculo tributável (c)	(32.493)	(32.205)	(31.261)	(31.261)	(811)	(1.560)
Alíquota-base	-	-	-	-	-	-
Diferença - Prov. do exercício anterior	-	-	-	-	(371)	(136)
Totais - Valores correntes	(32.493)	(32.205)	(31.261)	(31.261)	(371)	(136)
Base de cálculo tributável (b)	2.467	2.467	2.379	2.379	(226)	(226)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	(35)	(35)	(35)	(39)	(864)	(864)
Passivo fiscal diferido	608	364	586	351	(273)	(163)
	<u>(31.885)</u>	<u>(31.841)</u>	<u>(30.675)</u>	<u>(30.910)</u>	<u>(644)</u>	<u>(299)</u>
Base de cálculo tributável (a)	(5.185)	(4.897)	(9.192)	(9.192)	38.684	37.935
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	(623)	-	(621)	2.328	2.332
Diferenças temporárias	(1.296)	(828)	(2.298)	(1.472)	10.253	6.040
Base de cálculo tributável (d)	32.493	32.205	31.261	31.261	812	1.561
(+/-) Ajuste à base de cálculo	(989)	(478)	-	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	7.876	4.759	7.815	4.689	203	234
Ativo fiscal diferido	6.580	3.931	5.517	3.217	10.456	6.274
Totais - Geral	(25.305)	(27.910)	(25.158)	(27.693)	9.812	5.975

19 Transações com partes relacionadas

Em 31.12.2013	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas) do exercício
SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda. (a)	3	-	(4.938)
Serra da Moeda Securitizadora de Créditos	1.273	-	(1.002)
Seculus Empreend. e Participações S.A. (b)	1.379	2.229	(526)
Seculus Tecnologia S.A. (Prime Systems) (c)	-	79	(18)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus (d)	387	24.495	(537)
Total de operações - Empresas e pessoas físicas ligadas	3.042	26.803	(7.021)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	11.175	227.899	(4.159)
Circulante	14.217	66.313	(18.721)
Não circulante	-	188.389	-

Em 31.12.2012	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas) do exercício
SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda. (a)	26	-	(13.828)
Serra da Moeda Securitizadora de Créditos	224	-	-
Seculus Empreendimentos e Participações S.A. (b)	44	193	(709)
Seculus Tecnologia S.A. (Prime Systems) (c)	-	-	(25)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus (d)	1.494	17.898	(4.159)
Total de operações - Empresas e pessoas físicas ligadas	1.788	18.091	(18.721)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	1.660	273.041	-
Circulante	3.448	291.132	-
Não circulante	-	68.664	-

(a) Despesa total de R\$ 4.938 mil (R\$ 13.828 mil em 31 de dezembro de 2012) proveniente de serviços de intermediação de operações de crédito prestado pela SNV - Serviços e Negócios de Varejo no exercício.
(b) Despesa total de R\$ 526 mil (R\$ 709 mil em 31 de dezembro de 2012) proveniente de despesas com aluguel e condomínio (R\$ 431 mil), e com remuneração de depósitos a prazo (R\$ 94 mil) em nome da Seculus Empreendimentos e Participações no exercício;
(c) Despesa total de R\$ 18 mil (R\$ 25 mil em 31 de dezembro de 2012) proveniente de despesas com remuneração de depósitos a prazo em nome da Seculus Tecnologia no exercício; e
(d) Despesa total de R\$ 537 mil (R\$ 4.159 mil em 31 de dezembro de 2012) proveniente de despesas com remuneração de depósitos a prazo mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no exercício.
(e) Remuneração da Administração:
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 (i), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

	31.12.2013	31.12.2012
Remuneração fixa	63	18
Contribuição - INSS	14	12

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

20 Cobertura de seguros
A Administração entende que a cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2013, é suficiente para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.
As premissas de risco adotadas, dado a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

21 Gerenciamento de risco
(i) Em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém um sistema informatizado específico para o gerenciamento de risco operacional, para garantir a adequação da estrutura de gerenciamento de risco operacional aderente às melhores práticas do mercado e compatível aos produtos e processos do Banco. O relatório de implantação de gerenciamento de risco operacional encontra-se na sede do Banco à disposição dos interessados. O relatório do ano de 2012 também encontra-se à disposição dos interessados e publicado no site de Internet do Banco, no seguinte link:

Descrição	31.12.2013
Parcelamento diferença COFINS jan a ago/2013 e out/2013	2.731
Provisão COFINS jan a dez/2013	1.114
	<u>3.845</u>

(b) Definiu a estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de crédito.
(c) Definiu a política institucional dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à implementação do gerenciamento do risco de crédito.
(d) Implementou, tempestiva e efetivamente, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

Discriminação	2º Semestre/2013		31.12.2013		31.12.2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	(20.734)	(20.734)	(15.362)	(15.362)	(38.838)	(38.838)
Adições (exclusões) permanentes	(9.041)	(9.041)	(9.086)	(9.086)	(431)	(431)
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	(5.185)	(4.897)	(9.192)	(9.192)	38.684	37.935
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	2.467	2.467	2.379	2.379	(226)	(226)
Resultado líquido ajustado	(32.493)	(32.205)	(31.261)	(31.261)	(811)	(1.560)
Base de cálculo tributável (c)	(32.493)	(32.205)	(31.261)	(31.261)	(811)	(1.560)
Alíquota-base	-	-	-	-	-	-
Diferença - Prov. do exercício anterior	-	-	-	-	(371)	(136)
Totais - Valores correntes	(32.493)	(32.205)	(31.261)	(31.261)	(371)	(136)
Base de cálculo tributável (b)	2.467	2.467	2.379	2.379	(226)	(226)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	(35)	(35)	(35)	(39)	(864)	(864)
Passivo fiscal diferido	608	364	586	351	(273)	(163)
	<u>(31.885)</u>	<u>(31.841)</u>	<u>(30.675)</u>	<u>(30.910)</u>	<u>(644)</u>	<u>(299)</u>
Base de cálculo tributável (a)	(5.185)	(4.897)	(9.192)	(9.192)	38.684	37.935
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	(623)	-	(621)	2.328	2.332
Diferenças temporárias	(1.296)	(828)	(2.298)	(1.472)	10.253	6.040
Base de cálculo tributável (d)	32.493	32.205	31.261	31.261	812	1.561
(+/-) Ajuste à base de cálculo	(989)	(478)	-	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	7.876	4.759	7.815	4.689	203	234
Ativo fiscal diferido	6.580	3.931	5.517	3.217	10.456	6.274
Totais - Geral	(25.305)	(27.910)	(25.158)	(27.693)	9.812	5.975

<https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx>

(ii) Por sua vez, o Banco constituiu estrutura para o gerenciamento de risco de mercado em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, buscando desenvolver as melhores práticas do mercado no gerenciamento deste risco, apoiando-se em modelos difundidos internacionalmente e nas recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de Basileia. Neste sentido, o Banco também promoveu um upgrade de seu sistema informatizado para garantir o adequado atendimento dos desdobramentos requeridos pelo normativo mencionado. O relatório do ano de 2012 encontra-se à disposição dos interessados e publicados no site de Internet do Banco, no seguinte link: <https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx>

(iii) Em observância ao cronograma de implementação de estrutura de gerenciamento de risco de crédito disposto pela Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional, o Banco adotou as seguintes ações:
(a) Indicou o diretor responsável pelo gerenciamento do risco de crédito.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e aos acionistas do Banco Semear S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Semear S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banco reconheceu diretamente no resultado daquele exercício, perdas correspond